Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Technos S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada na cidade do Rio de janeiro - R.J - Brasil. A Companhia foi constituída em 6 de dezembro de 2007 e entrou em operação em 8 de janeiro de 2008. Seu objeto social é a participação em outras sociedades, no país ou no exterior. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia detinha participação direta de 100% no capital da Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. ("TASA"), SCS Comércio de Acessórios de Modas Ltda. ("SCS"), subsidiárias integrais e consolidadas nessas informações contábeis (conjuntamente "Grupo").

Em 31 de dezembro de 2012 Grupo era controlado pelo Fundo de Investimento e Participações GMT.

A emissão dessas informações contábeis da Technos S.A. foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 22 de março de 2013.

(a) Estrutura societária

Em 8 de maio de 2008 a Companhia adquiriu 100% das ações ordinárias da SD Participações.

Em 11 de maio de 2008 a Technos Relógios S.A., controlada indireta, incorporou sua controladora T1 Participações S.A. Na mesma data, a Technos Relógios S.A. foi incorporada pela Technos da Amazônia Indústria e Comércio Ltda., sendo esta transformada societariamente em Sociedade Anônima de capital fechado.

Em 14 de maio de 2010, a SD Participações adquiriu 10,04% de participação adicional na TASA, aumentando a sua participação para 100% do capital total da TASA.

Em 15 de dezembro de 2011 a Companhia incorporou a SD Participações S.A.

A Companhia também controla, indiretamente, a Technos Amazônia Swiss Sarl ("TASS") que foi constituída com a finalidade específica e única de administrar a marca internacional Technos, não tendo qualquer atividade operacional geradora de resultado.

Em 4 de maio de 2011 a Companhia protocolou na Comissão de Valores Mobiliários - CVM pedido de registro de Companhia Aberta. Em 28 de junho de 2011 a CVM deferiu o pedido de registro de Companhia Aberta, categoria "A", sob o código 2251-9, com início de negociação de suas ações na BM&FBOVESPA em 1º de julho de 2011. As ações são negociadas sob o código "TECN3".

Em 26 de setembro de 2011 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a constituição de uma sociedade limitada com as seguintes características: (a) sede no estado do Rio de janeiro, e (b) capital social inicial de até R\$ 3.000. A sociedade foi constituída em 27 de setembro de 2011 sob a denominação social de SCS Comércio de Acessórios de Moda Ltda. Em abril de 2012 a sociedade começou sua atividade operacional. Em 24 de julho de 2012 o capital subscrito foi aumentado para R\$ 43.000, sendo integralizado R\$ 33.000.

Em 24 de julho de 2012 a SCS e a TASA firmaram contrato definitivo de compra e venda da totalidade das quotas das seguintes sociedades: (i) Touch Watches Franchising do Brasil Ltda., detentora da marca Touch e franqueadora de 83 pontos de venda de relógios e óculos Touch no Brasil, (ii) Touch da Amazônia Indústria e Comércio de Relógios Ltda., operadora de linha de montagem de relógios na Zona Franca de Manaus, e (iii) Touch Búzios Relógios Ltda., You Time Relógios Ltda., e Touch Barra Comércio de Relógios e Acessórios Ltda., representando três lojas próprias no estado do Rio de Janeiro.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Touch foi fundada em 2009 e obteve nos três anos desde sua fundação um crescimento expressivo, atingindo em 31 de dezembro de 2012 um total de 103 pontos de venda exclusivos, entre quiosques e lojas, presentes em 23 estados do Brasil. A empresa iniciou suas atividades com relógios, focando no conceito fast fashion com lançamentos constantes a preços acessíveis, e recentemente passou também a comercializar óculos de sol. A Touch oferece por meio de seu canal exclusivo uma gama ampla de estilos e modelos para consumidores masculinos e femininos. Em 2012 a empresa foi selecionada pelo Instituto Empreender Endeavor Brasil e recebeu selo de "Excelência em Franchising" da ABF - Associação Brasileira de Franchising.

(b) Operações

A controlada TASA é uma Sociedade Anônima de capital fechado, fundada no ano de 1956, e que tem como atividade preponderante a industrialização e comercialização de relógios de pulso sob marcas próprias TECHNOS e MARINER e as licenciadas MORMAII, SEIKO, EURO, ALLORA e TIMEX. Também passará a produzir os relógios da marca TOUCH. A marca ALLORA, licenciada em conjunto com a EURO, em ampla campanha promocional foi relançada em 2012. A marca TIMEX foi licenciada em 11 de janeiro de 2012. Seu parque industrial, sediado em Manaus - AM industrializa o produto final e o distribui para todo o território nacional, contando, para isto, com dez filiais instaladas nas principais capitais do país, cada uma com estrutura de vendas e assistência técnica local. A venda é feita exclusivamente aos lojistas, sendo o produto despachado diretamente da fábrica, em Manaus, para os lojistas.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado (Nota 4.3).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação do Grupo e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Apresentação de informação por segmentos

A administração da Companhia analisou e concluiu que para fins de divulgações nessas demonstrações financeiras, em função da estrutura do Grupo e das informações utilizadas para tomadas de decisão e avaliações de desempenho serem elaboradas considerando os resultados do Grupo como um todo, a Technos S.A. possui somente um segmento. Adicionalmente, os tomadores de decisões podem efetuar caso necessário, determinadas análises sobre certas informações mais detalhadas dos produtos, marcas e outras divisões do Grupo, que não se qualificam como segmentos para divulgação.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor e contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante e apresentadas como caixa e equivalente de caixa na Demonstração dos fluxos de caixa.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado classificados no circulante são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Títulos e valores mobiliários" classificados no ativo não circulante que representam CDBs dados em garantia (fiancas bancárias).

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no período em que ocorrem.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

O montante de perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

A perda por impairment é reconhecida na demonstração consolidada do resultado. A reversão da perda também será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

2.7 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são subsequentemente, reconhecidas na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras".

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva, deduzidas da provisão para *impairment*. A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 10).

A avaliação do valor justo é obtida através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa descontados (Nota 2.6.4(a)). A taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) na data da transação é utilizada como taxa de desconto. A referida taxa é compatível com transações de natureza, prazo e riscos em condições similares de mercado, considerando o histórico de recebimento da Companhia. A outra premissa chave no cálculo do valor presente é o prazo de recebimento. Utilizamos como premissa o prazo individual de cada nota fiscal faturada. A Companhia reavalia essa metodologia trimestralmente, atualizando suas premissas conforme as práticas comerciais de prazos efetivamente registradas assim como alterações na taxa SELIC vigente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição, calculado a cada nova entrada nos estoques. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende componentes, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada processo de importação.

2.10 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e não pelo uso contínuo, e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda. Caso a venda não ocorra no período de um ano, a administração reavalia se as premissas utilizadas para a classificação original, ainda permanecem válidas.

2.11 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGC) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa , e são identificados de acordo com o segmento operacional.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Valores a pagar por licenciamentos são registrados no passivo como "Licenciamentos a pagar" (Nota 2.14). As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada conforme descrito na Nota 14(b). Para as marcas e licenças de vida útil indefinida que não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para a verificação de *impairment* (Nota 14(c)).

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de acordo com Nota 14.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vide Nota 14).

2.12 Imobilizado

O imobilizado é composto por terrenos, edificações, equipamentos, veículos e instalações, e compreendem, principalmente, fábricas, escritórios e ativos utilizados na operação do Grupo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e benfeitorias	3 a 5
Equipamentos e instalações	10
Veículos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 15).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores recebidos com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

O Grupo revisa as taxas de vida útil das principais classes de ativos anualmente.

2.13 Redução ao valor recuperável ("Impairment") de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e determinadas marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairmen*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são integralmente agrupados na TASA, que concentra as operações do Grupo. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.14 Contas a pagar aos fornecedores e licenciamentos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e licenciamentos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços ou licenciamentos de marcas que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.15 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.16 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos de obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

(a) Corrente

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas no Brasil. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Grupo, através de sua controlada TASA, goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. O incentivo fiscal é calculado com base no lucro tributário da atividade (chamado "lucro da exploração"), levando em consideração o lucro operacional dos projetos que são beneficiados pelo incentivo fiscal durante um período fixo. Esses incentivos foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultado apurado na unidade fabril localizado no Distrito Industrial de Manaus - AM. Não existem obrigações adicionais do Grupo com relação ao benefício fiscal direto do imposto de renda. Consequentemente, a despesa de imposto de renda da TASA é apresentada na demonstração do resultado pelo valor líquido, descontando a parcela do incentivo fiscal realizado.

(b) Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.18 Benefícios a empregados

(a) Participação dos empregados nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o indicador de performance e rentabilidade do Grupo, na forma estabelecida em acordo sindical, e desempenho de cada funcionário ou departamento, mensurada em função do alcance de metas anuais estabelecidas no início de cada exercício. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (constructive obligation). As provisões intermediárias são constituídas com base nas projeções de resultado e do pagamento a ser feito ao final do ano, considerando a parcela desse resultado atual atribuível ao resultado do exercício.

(b) Plano de opção de compra de ações - stock options

O Grupo possui planos de remuneração com base em ações a parte de seus executivos, liquidados com ações disponíveis, segundo os quais a Companhia recebe os serviços desses executivos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo, que somente poderão ser exercíveis depois de respeitados prazos específicos de carência. O valor justo dos serviços do empregado, recebido em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado. As condições de aquisição de direitos que não de mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquirido. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido ("vesting period"); período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais da quantidade de opções, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

(c) Outros benefícios

O Grupo oferece ainda outros benefícios aos seus funcionários como: assistência médica, seguro de vida, vale refeição ou refeição em refeitório e auxilio educação, independentemente do nível hierárquico. Adicionalmente, de acordo com a localidade do funcionário e seu nível hierárquico, oferecemos benefícios adicionais tais como estacionamento e aparelho de telefonia móvel. As despesas relacionadas a esses benefícios são reconhecidas na demonstração do resultado, quando incorridas.

O Grupo não oferece qualquer tipo de benefício pós-emprego aos seus funcionários.

2.19 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, e do ajuste a valor presente.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos

O Grupo, por meio da TASA, monta e vende uma variedade de relógios no mercado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que o Grupo efetua a entrega dos produtos para o lojista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o características da fatura; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A garantia é assegurada aos consumidores pelo prazo de até 12 meses, a partir da data da venda do lojista ao consumidor final. As vendas são registradas com base no valor justo. As vendas são realizadas com prazo médio de recebimento de aproximadamente 120 dias e são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa SELIC, que a administração acredita ser compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado (Nota 2.8).

(b) Vendas de serviços

O Grupo presta serviços de assistência técnica para os relógios das marcas sob a sua administração, nas suas diversas unidades espalhadas pelo Brasil.

A receita de prestação de serviços de assistência técnica é baseada em preço fixo e reconhecida no período em que os serviços são prestados.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações contábeis do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. O estatuto social em vigência até 4 de maio de 2011 não previa o pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Consequentemente, de acordo com a legislação societária brasileira, quando omisso, o dividendo mínimo obrigatório a ser considerado é de 50% do lucro ajustado. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 4 de maio de 2011 foi aprovado o novo estatuto social da Companhia, quando passou a ser previsto o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

2.22 Incentivos fiscais

Crédito estímulo do ICMS

A TASA, controlada integral da Companhia, detém benefício de incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo do Estado do Amazonas, sobre determinados produtos incentivados, que corresponde a 55% do valor do ICMS devido, apurado mensalmente na unidade fabril localizada no Distrito Industrial de Manaus - AM. Consequentemente, a despesa com esses tributos registrada na linha de deduções de vendas na demonstração do resultado é contabilizada pelo valor líquido de 45%.

2.23 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adocão é somente de divulgação.

- IAS 19 "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: (i) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados. (ii) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida deverá gerar um pequeno aumento do custo do plano na demonstração de resultado.
- IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- IFRS 10 "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O Grupo avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.
- IFRS 11 "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Sua adoção não trará impacto para a Companhia, uma vez que o Grupo já adota o método de equivalência patrimonial para investimentos em *joint ventures*.
- IFRS 12 "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicálo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Estimativas críticas na aplicação das políticas contábeis da entidade

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (impairment) estimada de ágio

Anualmente, o Grupo testa potenciais perdas (*impairment*) de ágio e intangíveis de vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis dos intangíveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas, ou pelo valor justo menos as despesas necessárias a essa venda (Nota 14(c)).

No caso do ágio, o Grupo utilizou como metodologia para a determinação do valor recuperável, o valor justo, líquido de despesa de venda. Em 2012 e 2011, o Grupo utilizou para cálculo do valor recuperável a metodologia do valor de mercado com base na última cotação das ações registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) menos os custos associados a essa venda. O resultado indicou valor recuperável superior ao valor contábil em ambas as situações, consequentemente não foi registrada nenhuma perda por *impairment* de ágio.

O ágio registrado na operação de aquisição das unidades Touch foi testado em 31 de dezembro 2012, não sendo constatado desvio das premissas utilizadas em sua apuração que determinasse necessidade de ajuste de impairment.

(b) Provisão para contingências

As provisões para contingências são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota pela administração. Essas avaliações e estimativas da administração são realizadas considerando a posição de nossos consultores jurídicos. As contingências estão divulgadas na Nota 16.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

O registro contábil de uma provisão para contingência na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, a resolução de uma contingência ocorre quando um ou mais eventos futuros são observados. Tipicamente, a ocorrência desses eventos (tais como decisões judiciais finais) independe da atuação da administração, dificultando a precisão das estimativas contábeis acerca da data de conclusão desses eventos. A avaliação de tais passivos exige a necessidade de estimativas e julgamentos significativos da

(c) Provisão de impairment de estoques

A provisão de *impairment* de estoques é registrada quando a administração da Companhia avalia que o valor de custo de seus estoques está registrado por valor superior ao seu valor recuperável. A provisão de *impairment* de estoques está descrita na Nota 11.

A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da administração que avalia, continuamente, a cada data de reporte, a recuperabilidade de seus estoques. O registro de *impairment* de estoques, envolve a avaliação da administração e julgamentos críticos relativos, principalmente, a obsolescência e avaliação do valor de custo ou mercado.

No caso de obsolescência, mensalmente a administração, baseada em dados históricos e prognósticos futuros, avalia a necessidade de se complementar ou reverter provisão de *impairment* por obsolescência.

A administração avalia ainda, o valor dos seus estoques com base no custo ou valor de mercado (recuperável), dos dois o menor. Caso o valor de mercado determinado com base em custo de reposição ou de venda, dependendo de peça em produção ou produto acabado, seja inferior ao valor de custo, o Grupo constitui provisão para *impairment*.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi registrada reversão de provisão para perda em estoque no montante de R\$ 245 (2011 - reversão de R\$ 1.740). Vide Nota 11.

(d) Provisão de impairment de contas a receber

O Grupo analisa a existência e evidência de perda para determinar quando um contas a receber não é recuperável. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Grupo avalia, entre outros fatores, o desempenho do setor e do segmento. A administração classifica seus clientes por Grupos, e com base nessa classificação são feitas as estimativas para avaliação de *impairment*.

Caso todas as contas a receber vencidas e não impaired fossem consideradas não recuperáveis, o Grupo sofreria um prejuízo adicional de R\$ 7.694 em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (2011 - R\$ 6.320).

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da flutuação da taxa de câmbio do período compreendido entre a data da compra (encomenda) e a data de liquidação. As importações são integralmente liquidadas num período máximo de 45 dias entre a data de embarque e a data de liquidação do contrato de câmbio.

Para se proteger dessas oscilações, o Grupo se utiliza de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar a fim de travar o câmbio para parte de suas compras, se protegendo, dessa forma, das oscilações cambiais. O Grupo não aplica contabilidade de *hedge*. Vide item (d) abaixo com a análise de sensibilidade.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelos saldos de contas a receber de clientes que possuem características de financiamentos o Grupo não tem outros ativos nem passivos significativos em que incidam juros. O resultado e os fluxos de caixa operacionais do Grupo estão, substancialmente, livres das mudanças nas taxas de juros do mercado.

A administração do Grupo considera que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos à ela. A administração não considera o risco de taxa de juros crítico em suas operações.

(b) Risco de crédito

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, bem como criteriosa análise de crédito com base em dados internos do histórico do cliente e fontes externas de consultas, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber (Nota 6).

(c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O Grupo monitora as suas projeções de recebimentos e pagamentos diários, a fim de evitar descasamentos imprevistos. Além disso, o Grupo conta com linhas de crédito imediatamente disponíveis em bancos de primeira linha, que poderão ser utilizados numa eventual necessidade.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

				Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Licenciamento a pagar Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	700 291	398		
Fornecedores e outras obrigações	13.339	1.251	1.251	
Em 31 de dezembro de 2011 Licenciamentos a pagar Fornecedores e outras obrigações	703 9.090	700 140	318	

O Grupo possui ainda linha de crédito aprovada com instituição financeira de primeira linha, não utilizada, no montante de R\$ 3.000.

Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM (d)

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía o seguinte passivo sujeito a análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM.

	Passivo	Nocional	Risco	Provável (*)	25%	50%
Derivativo cambial	291	11.014	Desvalorização do US\$	291	2.754	5.507

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possuía passivos sujeitos a análise de sensibilidade adicional.

Os derivativos contratados pela Companhia estão destinados a cobertura cambial de suas importações, cobrindo aproximadamente 30% dos pedidos embarcados e o saldo de R\$ 1.198 de fornecedores estrangeiros a pagar apresentado em 31 de dezembro de 2012.

Gestão do capital 4.2

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira. Um desses índices é a proporção entre dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado e incluindo também valores a pagar por aquisição de participação de não controladores), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O patrimônio líquido corresponde ao valor constante do balanço ao final do exercício social.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O capital não é administrado no nível da Controladora, somente no nível consolidado.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo do Grupo são integralmente classificados no Nível 1, e compreendem os títulos e valores mobiliários - CDBs. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 2.501.

(b) Passivos financeiros

Os únicos passivos financeiros do Grupo avaliado pelo valor justo através do resultado são os instrumentos financeiros derivativos. Estes instrumentos são integralmente classificados no Nível 2. Em 31 de dezembro de 2012 existe saldo de R\$ 291 de instrumentos financeiros derivativos passivos reconhecido na conta de outras contas a pagar no passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2011 não existia saldo de instrumentos financeiros derivativos.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. O Grupo não possui nenhum instrumento financeiro avaliado ao valor justo por meio do resultado classificado no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

5 Instrumentos financeiros por categoria

		Consolidado
	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2012		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Títulos e valores mobiliários	2.501	2.501
Contas a receber de clientes	149.250	149.250
Caixa e equivalentes de caixa	14.664	14.664
Depósitos judiciais	1.909	1.909
	168.324	168.324
		Consolidado
	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2012		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Derivativos	291	291
Licenciamentos a pagar	1.098	1.098
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	15.841	15.841
	17.230	17.230

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado
	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2011		
Ativos, conforme o balanço patrimonial Títulos e valores mobiliários	11.009	11.000
Contas a receber de clientes	11.298	11.298
Caixa e equivalentes de caixa	121.551	121.551
Depósitos judiciais	60.854 1.800	60.854 1.800
Depositos Judiciais	1.800	1,000
	195.503	195.503
		Consolidado
	Outros passivos financeiros	Total
	- Illiancen os	
31 de dezembro de 2011		Total
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Passivos, conforme o balanço patrimonial Licenciamentos a pagar	1.721	1.721
Passivos, conforme o balanço patrimonial		

Controladora

As contas a receber e o caixa e equivalentes de caixa são classificadas como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar são classificadas como "Outros passivos financeiros".

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

		Consolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Contrapartes sem classificação externa de crédito Clientes nacionais Clientes regionais e locais Outros	108.515 26.106 14.629	18.386 99.958 3.207
Total de contas a receber de clientes	149.250	121.551
Conta-corrente e depósitos bancários (*) AAA AA+	18.990 	73.724 228
	19.065	73.952

^(*) Classificação extraída através do relatório da agência classificadora Fitch Ratings Brasil Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo somente utiliza instituições financeiras com *rating* de AAA para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos (Nota 9).

- Clientes nacionais clientes de abrangência nacional, na maioria das vezes com grandes redes de pontos de venda atendendo o território nacional sem histórico de perda.
- Clientes regionais e locais clientes de abrangência regional ou local, com um ou alguns pontos de venda concentrados na mesma região com eventuais históricos de atraso e baixos níveis de perda.
- Outros clientes "giftline" e outros que não possuem histórico de relacionamento recorrente com o Grupo e não têm como atividade fim a comercialização de relógios.

O Grupo efetua a análise de crédito com base principalmente, no histórico de pagamentos do cliente. O limite de crédito é determinado de forma individual, e leva em consideração a sua capacidade financeira, o histórico de pagamento e o volume de compras efetuadas nos últimos 12 meses. Para os clientes novos, o Grupo recorre à consulta de histórico de crédito junto às agências de avaliação de crédito (SERASA, SPC, entre outras).

Para os clientes adimplentes, desde que respeitados os limites de crédito, as vendas são efetuadas automaticamente. Para os clientes que já figuraram como inadimplentes, a autorização das vendas é feita manualmente com base em análise individual, até que o histórico de crédito seja restabelecido.

Nenhum dos ativos financeiros adimplentes foi descontado no último exercício.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	C	ontroladora		onsolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Caixa			9	10
Depósitos bancários de curto prazo	75	8	4.903	3.332
Certificados de depósito bancário ("CDBs")	6.272	40.145	9.752	57.512
	6.347	40.153	14.664	60.854

Os saldos mantidos em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), são remunerados em média a 100% do CDI, mantidos em instituições de primeira linha e não possuem restrições de resgates.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Títulos e valores mobiliários

A Companhia mantém os títulos e valores mobiliários concentrados em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados em média a 100% do CDI, mantidos em instituições de primeira linha, conforme composição abaixo:

		Consolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Certificados de depósito bancário ("CDBs") CDBs - Fianças bancárias (*)	2.501	8.940 2.358
	2.501	11.298

(*) Parcela dos títulos e valores mobiliários encontra-se vinculada a cartas de fianças bancárias e garantias de operações e estão classificadas como empréstimos e recebíveis no ativo não circulante.

9 Instrumentos financeiros derivativos

(a) Mercado futuro de dólar (forward)

O Grupo, com o objetivo de reduzir sua potencial exposição a oscilações na taxa de câmbio R\$/US\$ utilizada para liquidação de suas importações, contrata operações de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo circulante e a contrapartida é registrada na demonstração de resultado na rubrica de receitas e despesas financeiras.

É importante ressaltar que a utilização de derivativos cambiais se restringe tão somente à proteção do montante contratado e estimado de compras de fornecedores estrangeiros nos seis meses subsequentes. Qualquer variação na cotação do US\$ que vier a causar perda nos investimentos derivativos tende a ser compensado por ganho na liquidação dos câmbios relacionados a compras de fornecedores estrangeiros.

Os valores de referência (notional) dos contratos de mercado futuro de dólar em aberto em 31 de dezembro de 2012 correspondem a R\$ 11.014, equivalentes a US\$ 5.200. Em 31 de dezembro de 2011 o Grupo não possuía contrato em aberto.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Contas a receber de clientes

		Consolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a receber de clientes Ajuste a valor presente Menos	165.157 (2.583)	136.390 (3.062)
Provisão para perda de contas a receber de clientes	(13.324)	(11.777)
Contas a receber de clientes, líquidas	149.250	121.551

O saldo líquido das contas a receber, líquidas aproxima-se do valor justo, e foi apurado com base nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa SELIC como taxa de desconto de 7,56% (2011: 11, 85 %), diminuídos da provisão para perda de contas a receber de clientes (*impairment*).

Em 31 de dezembro de 2012, no consolidado, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 7.694 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 6.320) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referemse a uma série de clientes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

		Consolidado
	30 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Até 3 meses De 3 à 6 meses	4.841 2.8 <u>53</u>	4·553 1.767
	<u>7.694</u>	6.320

Em 31 de dezembro de 2012 no consolidado, as contas a receber de clientes, no total de R\$ 13.324 (em 31 de dezembro de 2011: R\$ 11.777) foram classificadas como não recuperáveis (*impaired*) e provisionadas. Não havia contas a receber na Controladora. As contas a receber individualmente *impaired* referem-se principalmente a lojistas especializados e são pulverizadas. Em 31 de dezembro de 2012, os saldos em atraso são pulverizados e não há qualquer valor individual por lojista superior a 2% do saldo total em atraso. Para os saldos em atraso, o Grupo toma uma série de medidas, que incluem cobranças administrativas visando a recuperação desses créditos. Segundo avaliação da administração, uma parcela desse contas a receber deve ser recuperada. O total das contas a receber *impaired* está vencido há mais de 180 dias.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para perda de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Consolidade	
	2012	2011
Em 1º de janeiro Provisão para perda de contas a receber Reversão de perda	11.777 5.706 (4.1 <u>59</u>)	10.787 2.431 (1.441)
Em 31 de dezembro	13.324	11.777

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil das de contas a receber. O Grupo não mantém nenhum título como garantia. Não foi efetuado qualquer desconto de duplicatas.

As contas a receber de clientes são integralmente mantidas em Reais.

11 Estoques

		Consolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Produtos acabados Produtos em processo Componentes Importações em andamento Adiantamentos a fornecedores	48.703 3.208 50.483 421 5.334	37.300 444 39.251 120 6.877
	108.149	83.992

O aumento do saldo de estoque em relação a 31 de dezembro de 2011 está dentro do objetivo da Companhia de iniciar o ano de 2013 com o planejamento e controle de produção alinhado com a demanda das datas sazonais do primeiro semestre. Além disso, esse aumento atende a necessidade de composição de estoque de marcas mais recentes do nosso portfólio, como TIMEX, ALLORA e TOUCH. A Companhia busca trabalhar com níveis de estoque em todas as suas marcas compatíveis com as respectivas expectativas de venda futura, e se empenha em corrigir desvios quando tais expectativas não são concretizadas.

É importante ressaltar que os adiantamentos a fornecedores correspondem aos pagamentos efetuados dentro da política da Companhia de liberar o recurso somente mediante o embarque da carga.

A política do Grupo para perda com estoques considera perdas estimadas com obsolescência, tanto em função do giro quanto da qualidade física dos estoques.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para valor de realização de estoques do Grupo são as seguintes:

	Consolidado	
	2012	2011
Em 1º de janeiro Reversão de provisão para perda em estoques Estoques baixados durante o exercício como inutilizáveis	12.870 (245)	15.263 (1.740) (65 <u>3</u>)
Em 31 de dezembro	12.625	12.870

A provisão para perda de estoques foi constituída em montante considerado adequado pela administração para absorver perdas na realização dos saldos de estoques.

12 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos classificados nesse grupo referem-se a salas localizadas em São Paulo - SP, cujo valor líquido de depreciação acumulada corresponde a R\$ 237.

Não houve *impairment* reconhecido sobre estes ativos quando da classificação como mantido para venda, em 2012 ou 2011.

O processo de venda ainda não foi concluído devido a procedimento documental junto aos órgãos competentes.

13 Investimentos em subsidiárias

(a) Investimentos em subsidiárias (Controladora)

	2012	2011
Em 1º de janeiro	261.612	129.199
Participação nos lucros de subsidiárias	62.684	88.946
Dividendos recebidos/a receber de subsidiárias	(34.637)	(24.058)
Opções de ações - Stock Options	2.426	893
Aquisição de ações preferenciais		89.617
Aumento de participação por capitalização	33.000	32.166
Incorporação de investimentos em subsidiárias		(302.923)
Investimento em subsidiária controlada indireta incorporado		247.772
Em 31 de dezembro	325.085	261.612

2012

2011

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Dividendos recebidos/a receber de subsidiárias

	2012	2011
Em 1º de janeiro Deliberados no exercício	13.911 21.889	12.904
Recebidos no exercício pela subsidiária incorporada Recebidos no exercício Dividendo de subsidiária incorporada	(35.800)	(975) (11.928) 4.177
Dividendo mínimo obrigatório provisionado	12.747	9.733
Em 31 de dezembro	12.747	13.911

Percentual

Participação direta nas acões

Nome	<u>País</u>	Negócio	<u>ordinárias</u>
TASA	Brasil	Fabricação de relógios	100
TASS	Suíça	Escritório de representação	100
SCS	Brasil	Comércio varejista	100
TOUCH	Brasil	Comércio varejista	100

Segue abaixo a participação do Grupo nos resultados das principais controladas diretas, todas companhias de capital fechado, referente ao período de 12 meses, exceto o resultado da Touch que retrata o período pós sua aquisição, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:

Em 31 de dezembro de 2012	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
TASA	348.667	E 4 11E	000 600	65 150
-	0.	54.115	309.639	65.150
TASS	4	13		
SCS	35.338	4.506	741	(2.168)
TOUCH	5.565	4.113	3.356	132
Em 31 de dezembro de 2011				
TASA	314.630	53.018	262.030	93.061
TASS	4	13		(2)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

_				Co	nsolidado
<u>-</u>	Ágio	Software	Marcas e licencia- mentos	Direitos em combinação de negócios	Total
Em 31 de dezembro de 2011 Saldo inicial Aquisições Baixas - custo Baixas - amortização Outros Amortização	123.171	1.182 571 (684) 601 (344)	6.510 428 41 (666)		130.863 999 (684) 601 41 (1.010)
Saldo contábil líquido	123.171	1.326	6.313		130.810
Em 31 de dezembro de 2011 Custo Amortização acumulada	123.171	3.127 (1.801)	7.735 (1.422)		134.033 (3.22 <u>3</u>)
Saldo contábil líquido	123.171	1.326	6.313		130.810
Em 31 de dezembro de 2012 Saldo inicial Aquisições Aquisição em participação societária (Nota 26) Impairment Baixas - custo Baixas - amortização Amortização	123.171 20.831	1.326 834 (1) (201) 199 (503)	6.313 211 973 (669)	1.594	130.810 1.045 23.398 (1) (201) 199 (1.172)
Saldo contábil líquido	144.002	1.654	6.828	1.594	154.078
Em 31 de dezembro de 2012 Custo Amortização acumulada	144.002	3.760 (2.106)	8.919 (2.091)	1.594	158.275 (4.19 <u>7</u>)
Saldo contábil líquido	144.002	1.654	6.828	1.594	154.078

Ágio

O ágio determinado na aquisição em 2008 da SD Participações e suas controladas: T1 Participações S.A., posteriormente incorporada por Technos Relógios S.A., esta por sua vez incorporada pela Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. (nota 1(a)), foi calculado como a diferença entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido das entidades adquiridas, líquido dos acervos contábeis incorporados. O ágio determinado na época foi fundamentado em rentabilidade futura, e foi registrado no intangível. O ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008. A partir de 2009, o ágio não é mais amortizado, porém está sujeito a teste anual de *impairment*.

As indenizações recebidas relacionadas com a combinação de negócios acima descrita, foram registradas diretamente como redutoras do saldo de ágio, em função da transação original ter ocorrido anteriormente à adoção das práticas contábeis estabelecidas por IFRS/CPC. O Grupo utilizou a isenção disponível para combinação de negócios na data de transição (1º. de janeiro de 2009).

A movimentação do ágio demonstrado no exercício de 2012 é oriunda da aquisição da Touch e está demonstrada na nota de combinação de negócios (Nota 26).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Marcas

No grupo de marcas e licenças estão registrados os custos de aquisição da marca Technos. A aquisição da marca nacional ocorreu em junho de 1994 e da marca internacional em março de 2001. Ambas estão contabilizadas ao custo de R\$ 2.140 e R\$ 2.142, respectivamente.

O Grupo atribuiu vida útil indefinida à marca Technos. Os elementos considerados na avaliação da administração compreenderam: (i) o histórico de sucesso de longo prazo da marca iniciada há mais de cem anos na Suíça; (ii) o nível dos gastos de manutenção requeridos para obter os benefícios econômicos futuros; (iii) inexistência de prazo legal para a sua utilização, capacidade e a intenção do Grupo em manter o ativo; e (iv) ausência de fatores ligados à obsolescência técnica, tecnológica ou comercial, entre outros.

(b) Licenças de uso de marca

O Grupo possui as licenças para a comercialização das marcas Euro, Allora, Seiko, Mormaii e Timex.

(i) Mormaii

O Grupo possui contrato de licença de uso da marca Mormaii, pelo prazo de 15 anos a findar em 31 de agosto de 2026. De acordo com o esse contrato, o Grupo fica obrigado a pagar ao detentor da marca, à título de *royalties*, um percentual do valor bruto sobre as vendas dos produtos com a marca Mormaii. Foi pago valor inicial a título de antecipação de uma parcela dos royalties, registrado como adiantamentos a fornecedores, devendo ser descontado mensalmente do royalty efetivamente apurado à razão de 1/180 meses. Caso o contrato seja extinto antes de seu vencimento o saldo a ser descontado será ressarcido pelo licenciante.

(ii) Euro

O Grupo possui contrato de licença de uso da marca Euro, Allora com vigência até 30 de setembro de 2014, renovável por mais 5 anos. Com base nesse contrato, o Grupo fica obrigado a pagar ao detentor da marca um valor fixo mensal, reajustado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGPM").

Além da remuneração fixa, o Grupo é obrigado a pagar remuneração variável a qual é calculada como base na receita bruta anual das vendas multiplicada por fatores decrescentes, limitados a um valor máximo durante o prazo do contrato.

O valor da parcela variável somente será devido quando for superior ao valor total fixo anual e, nesse caso, será equivalente a diferença positiva entre o valor da parcela variável e o valor total fixo anual.

As obrigações a pagar pelo uso da marca EURO e ALLORA correspondentes ao valor presente dos pagamentos mínimos estão registrados como "Licenciamento a pagar".

(iii) Seiko

O Grupo possui contrato de licença de distribuição exclusiva da marca Seiko em território nacional, com vigência até 31 de março de 2014. Para o uso da licença Seiko, a única exigência requerida é que todos os componentes utilizados nos relógios da marca Seiko utilizem componentes genuínos da marca, não sendo permitido o uso de qualquer outro componente que não sejam oriundos da Seiko.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Timex

O Grupo em 11 de janeiro de 2012 firmou contrato de distribuição e direito de uso de marca com a TMX LIMITED N.V., ("Timex"), tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização dos relógios da marca Timex de forma exclusiva em todo o território nacional.

O contrato tem duração até 31 de março de 2015, e não envolve recursos iniciais ou pagamento de royalties. A renovação do acordo por período adicional de três anos é automática e está vinculada ao atingimento de alguns indicadores operacionais.

(c) Testes de verificação de *impairment* para ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida

Conforme definido em sua política contábil, o Grupo testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constituem principalmente de ágio e da Marca Technos.

Ágio

Em 2012 e 2011, o Grupo utilizou para cálculo do valor recuperável a metodologia do valor de mercado com base na última cotação das ações registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) menos os custos associados a essa venda. A administração concluiu que o saldo do ágio é recuperável e por isso não registrou qualquer perda de *impairment* de ágio.

O ágio apurado na aquisição das unidades da TOUCH está suportado pelas projeções de fluxo de caixa conforme laudo de avaliação.

Marcas

Para a determinação do valor recuperável da Marca Technos, a avaliação foi efetuada com base na projeção dos fluxos de caixa esperados dos negócios envolvendo produtos dessa marca. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas ao volume de vendas, rentabilidade, taxas de desconto, entre outras. A administração concluiu que se utilizasse somente um ano no cálculo do fluxo de caixa, o resultado (valor recuperável) seria superior ao valor contábil registrado.

Technos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Imobilizado

							(Consolidado
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2011								
Saldo inicial Aquisições <i>Impairment</i>	18	2.820	574 6.428	2.818 2.710	2.127 1.952	2.469 4.830 (35)	18	10.844 15.920 (35)
Alienações - custo Alienações - depreciação Depreciação		(489) 288 (346)	(201)	(3.088) 3.007 (589)	(1.122) 256 (295)	(3.189) 3.021 (706)	(18)	(7.906) 6.572 (2.137)
Outros Transferências – custo Transferências – depreciação		(010)	240 (78)	(295) 268 (186)	(5) 5	(133) (111)	(68) 68	(295) 302 (302)
Valores transferidos para ativos não circulantes mantidos para venda-custo (Nota 12) Valores transferidos para ativos não circulantes		(463)	(/0)	(100)	3	(111)	00	(463)
mantidos para venda -depreciação (Nota 12)		226						226
Saldo contábil, líquido	18	2.036	6.963	4.645	2.918	6.146		22.726
Em 31 de dezembro de 2011 Custo	18	8.331	7.234	19.355	3.341	11.324		49.603
Depreciação acumulada		(6.295)	(271)	(14.710)	(42 <u>3</u>)	(5.178)		(26.877)
Saldo contábil, líquido	18	2.036	6.963	4.645	2.918	6.146		22.726
Em 31 de dezembro de 2012								
Saldo inicial Aquisições	18 13	2.036 546	6.963 3.662	4.645 1.010	2.918 2.410	6.146 6.617		22.726 14.258
Aquisição em participação societária Impairment	-5	1.670		115 (46)		156 236		1.941 190
Alienações – custo Alienações - depreciação		(1.672) 2	(98) 66	(11.605) 11.368	(1.206) 311	(3.582) 3.297		(18.163) 15.044
Depreciação		(348)	(1.595)	(688)	(397)	(1.227)		(4.255)
Saldo contábil, líquido	31	2.234	8.998	4.799	4.036	11.643		31.741
Em 31 de dezembro de 2012								
Custo Depreciação acumulada	31	8.875 (6.641)	10.796 (1.798)	8.875 (4.076)	4.544 (508)	14.514 (2.871)		47.635 (1 <u>5.894</u>)
Saldo contábil, líquido	31	2.234	8.998	4.799	4.036	11.643		31.741

Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2012, o montante de R\$ 1.243 (2011 - R\$ 985) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos vendidos", R\$ 2.215 (2011 - R\$ 940) em "Despesas com vendas" e R\$ 1.967 (2011 - R\$ 1.222) em "Despesas administrativas".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Provisão para contingências

Na data das informações contábeis, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:

	Tributárias	Trabalhistas e previdenciárias	Total
Em 31 de dezembro de 2010 Provisão no exercício Reversão de provisão Reclassificação de provisão para a conta de IR e CSL diferidos	32.770 2.135 (24.950) 2.044	331 476 (285)	33.101 2.611 (25.235) 2.044
Em 31 de dezembro de 2011	11.999	522	12.521
Reversão de provisão	(1.677)	(336)	(2.013)
Em 31 de dezembro de 2012	10.322	186	10.508

(a) Natureza das contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

Tributárias

Referem-se, substancialmente, a tributação de PIS e COFINS sobre Juros sobre o Capital Próprio recebido de empresa controlada no período de 2004 à 2005. Também estão considerados os impostos devidos na baixa de provisão de estoque obsoleto, tais como Imposto de Importação, IPI e ICMS, entre outros.

Em 2012, o Grupo reverteu provisão para riscos fiscais no montante de R\$ 1.436 (em 2012, R\$ 24.112), não consumadas.

Contingências trabalhistas e previdenciárias

Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

No que se refere aos prazos de conclusão dos processos, a maioria dos processos provisionados referem-se a matérias de natureza tributária para os quais estimamos prazos médios de realização para esses passivos, geralmente, num horizonte de 3 a 5 anos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Perdas possíveis

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

		Consolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Tributária Trabalhista Cíveis	27.324 1.058 578	25.472 586 219
	28.960	26.277

(c) Ativos reconhecidos

O Grupo questionava judicialmente a inconstitucionalidade da base de cálculo do PIS e COFINS calculada nos termos da Lei nº 9.718/98. O processo transitou em julgado favoravelmente ao Grupo. Em 30 de setembro de 2012 o Grupo reconheceu o êxito no montante de R\$ 3.490, líquido de honorário advocatício provisionado no montante de R\$ 371.

(d) Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo de depósitos judiciais refere-se, principalmente a questionamento de contribuições previdenciárias devidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"). O Grupo foi autuado pela fiscalização do INSS. Para recorrer dessa autuação na esfera administrativa, o Grupo teve de depositar 30% do valor da causa.

O Grupo já obteve decisão favorável em 1ª instância, entretanto o INSS recorreu e o desfecho desse processo encontra-se indefinido.

17 Imposto de renda e contribuição social diferidos e corrente

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são em sua maioria de 6,25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, considerando o benefício fiscal do lucro da exploração.

Passivo de imposto diferido (líquido)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Expectativa de realização dos impostos diferidos:

		Consolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ativo de imposto diferido	(3.045)	(3.113)
Passivo de imposto diferido Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de mais de 12 meses	44.591	<u>33.463</u>

Os valores dos ativos de imposto diferido serão realizados até 2014. Os impostos diferidos passivos referem-se à diferença no tratamento da amortização do ágio o qual desde 31 de dezembro de 2008 é apenas permitido para fins fiscais. Sua realização se dará na ocasião de eventual registro de perda por *impairment* do ágio ou na alienação do investimento que deu origem ao referido ágio.

41.546

30.350

A movimentação líquida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

		Consolidado
	2012	2011
Em 1º de janeiro Valor reclassificado da conta de provisão de contingência fiscal	30.350	21.540 (2.044)
Despesa da demonstração do resultado	11.196	10.854
Em 31 de dezembro	41.546	30.350

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

(i) Passivo diferido

Passivo de imposto diferido Em 1º de janeiro de 2011 22.256 157 22.413 Debitado à demonstração do resultado 11.128 (78) 11.050 Em 31 de dezembro de 2011 33.384 79 33.463 Debitado à demonstração do resultado 11.128 79 33.463 Debitado à demonstração do resultado 11.128 79 33.463 Debitado à demonstração do resultado 11.128 79 34.591 Debitado à demonstração do resultado 11.128 79 44.591 Debitado à demonstração do resultado 11.128 79 44.591 Debitado à demonstração do resultado 11.128 11.1				(Consolidado
Debitado à demonstração do resultado		Passivo de imposto diferido	fiscal de	Outros	Total
Debitado à demonstração do resultado		Em 10 de janeiro de 0011	00.056	155	00.410
Em 1º de janeiro de 2012 Debitado à demonstração do resultado 33.384 11.128 79 33.463 11.128 Em 31 de dezembro de 2012 44.512 79 44.591 44.512 79 44.591 (ii) Ativo diferido Em 1º de janeiro de 2011 873 Creditado à conta de provisão de contingência fiscal Creditado à demonstração do resultado 196 873 2.044 2.04					
Debitado à demonstração do resultado 11.128 11.128 Em 31 de dezembro de 2012 44.512 79 44.591 (ii) Ativo diferido		Em 31 de dezembro de 2011	33.384	79	33.463
Debitado à demonstração do resultado 11.128 11.128 Em 31 de dezembro de 2012 44.512 79 44.591 (ii) Ativo diferido		Em 1º de janeiro de 2012	33,384	79	33,463
(ii) Ativo diferido Outros Ativo de imposto diferido 873 Em 1º de janeiro de 2011 873 Creditado à conta de provisão de contingência fiscal 2.044 Creditado à demonstração do resultado 196 Em 31 de dezembro de 2011 3.113 Em 1º de janeiro de 2012 3.113 Creditado (debitado) à demonstração do resultado (68) Em 31 de dezembro de 2012 3.045 (b) Despesa de imposto de renda e contribuição social Consolidado Imposto corrente sobre o lucro do exercício 6.459 5.993 Realização de crédito fiscal de incorporação 11.128 11.128 Geração e (estorno) de diferenças temporárias 68 (274)					
Ativo de imposto diferido Em 1º de janeiro de 2011 873 Creditado à conta de provisão de contingência fiscal 2.044 Creditado à demonstração do resultado 196 Em 31 de dezembro de 2011 3.113 Em 1º de janeiro de 2012 3.113 Creditado (debitado) à demonstração do resultado (68) Em 31 de dezembro de 2012 3.045 (b) Despesa de imposto de renda e contribuição social Imposto corrente sobre o lucro do exercício 6.459 5.993 Realização de crédito fiscal de incorporação 11.128 11.128 Geração e (estorno) de diferenças temporárias 68 (274)		Em 31 de dezembro de 2012	44.512	79	44.591
Ativo de imposto diferido Em 1º de janeiro de 2011 873 Creditado à conta de provisão de contingência fiscal 2.044 Creditado à demonstração do resultado 196 Em 31 de dezembro de 2011 3.113 Em 1º de janeiro de 2012 3.113 Creditado (debitado) à demonstração do resultado (68) Em 31 de dezembro de 2012 3.045 (b) Despesa de imposto de renda e contribuição social Consolidado	(ii)	Ativo diferido			
Creditado à conta de provisão de contingência fiscal Creditado à demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2011 Em 1º de janeiro de 2012 Creditado (debitado) à demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2012 Creditado (debitado) à demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2012 3.045 (b) Despesa de imposto de renda e contribuição social Consolidado 2012 2011 Imposto corrente sobre o lucro do exercício 6.459 Realização de crédito fiscal de incorporação Geração e (estorno) de diferenças temporárias 68 (274)		Ativo de imposto diferido		_	Outros
Creditado à conta de provisão de contingência fiscal Creditado à demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2011 Em 1º de janeiro de 2012 Creditado (debitado) à demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2012 Creditado (debitado) à demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2012 3.045 (b) Despesa de imposto de renda e contribuição social Consolidado 2012 2011 Imposto corrente sobre o lucro do exercício 6.459 Realização de crédito fiscal de incorporação Geração e (estorno) de diferenças temporárias 68 (274)					
Creditado à demonstração do resultado 196 Em 31 de dezembro de 2011 3.113 Em 1º de janeiro de 2012 3.113 Creditado (debitado) à demonstração do resultado (68) Em 31 de dezembro de 2012 3.045 (b) Despesa de imposto de renda e contribuição social Consolidado Imposto corrente sobre o lucro do exercício 6.459 5.993 Realização de crédito fiscal de incorporação Geração e (estorno) de diferenças temporárias 11.128 11.128 Geração e (estorno) de diferenças temporárias 68 (274)					
Em 1º de janeiro de 2012 Creditado (debitado) à demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2012 3.045 (b) Despesa de imposto de renda e contribuição social Consolidado 2012 2011 Imposto corrente sobre o lucro do exercício 6.459 5.993 Realização de crédito fiscal de incorporação Geração e (estorno) de diferenças temporárias 68 (274)				_	
Creditado (debitado) à demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2012 3.045 (b) Despesa de imposto de renda e contribuição social Consolidado 2012 2011 Imposto corrente sobre o lucro do exercício 6.459 5.993 Realização de crédito fiscal de incorporação Geração e (estorno) de diferenças temporárias 68 (274)		Em 31 de dezembro de 2011			3.113
(b) Despesa de imposto de renda e contribuição social Consolidado 2012 2011 Imposto corrente sobre o lucro do exercício 6.459 5.993 Realização de crédito fiscal de incorporação 11.128 11.128 Geração e (estorno) de diferenças temporárias 68 (274)					
Consolidado20122011Imposto corrente sobre o lucro do exercício6.4595.993Realização de crédito fiscal de incorporação11.12811.128Geração e (estorno) de diferenças temporárias68(274)		Em 31 de dezembro de 2012			3.045
Imposto corrente sobre o lucro do exercício6.4595.993Realização de crédito fiscal de incorporação11.12811.128Geração e (estorno) de diferenças temporárias68(274)	(b)	Despesa de imposto de renda e contribuição so	ocial		
Imposto corrente sobre o lucro do exercício6.4595.993Realização de crédito fiscal de incorporação11.12811.128Geração e (estorno) de diferenças temporárias68(274)				Co	onsolidado_
Realização de crédito fiscal de incorporação 11.128 11.128 Geração e (estorno) de diferenças temporárias 68 (274)				2012	2011
Geração e (estorno) de diferenças temporárias68(274)		Imposto corrente sobre o lucro do exercício		6.459	5.993
Geração e (estorno) de diferenças temporárias68(274)		Realização de crédito fiscal de incorporação		11.128	11.128
Total do imposto diferido 11.196 10.854		Geração e (estorno) de diferenças temporárias			
		Total do imposto diferido		11.196	10.854
Despesa do imposto de renda 17.655 16.847		Despesa do imposto de renda		17.655	16.847

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto sobre o lucro do Grupo antes do imposto difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	81.419	105.804
Alíquota nominal dos tributos - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	(27.683)	(35.973)
Incentivo fiscal imposto de renda Realização de provisões não dedutíveis em períodos anteriores Despesas indedutíveis Realização de ativo fiscal diferido (*) Outros	10.906 14.257 (3.640) (11.128) (367)	13.792 21.290 (3.194) (11.128) (1.634)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(17.655)	(16.847)
Corrente Diferido	(6.459) (11.196)	(5.993) (10.8 <u>54</u>)
	(17.655)	(16.847)
Alíquota efetiva corrente	7,9%	5,7%
Alíquota efetiva diferida	13,7%	10,26%

^(*) Refere-se à realização do benefício fiscal do ágio originado na aquisição da TASA.

O aumento da alíquota efetiva corrente de 5,7% para 7,9% tem como fato relevante a receita de R\$ 3,8 milhões de recuperação de indébito fiscal apropriada em 30 de setembro de 2012 (Nota 16 (c)).

18 Capital social e reservas

(a) Capital subscrito

O capital social é representado em 31 de dezembro de 2012 por 77.183.412 (76.175.206 em dezembro de 2011) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, estando integralizadas 76.683.202 ações (75.367.989 em dezembro de 2011), como segue:

Acionistas	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem (%)
Fundo de Investimento e Participações GMT Outros	44.473 32.710	57,62 42,38
	77.183	100,00

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme o estatuto social, a Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, anualmente de 25% do lucro ajustado.

(b) Reserva legal e dividendo adicional proposto

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de dividendo adicional proposto refere-se aos dividendos propostos a serem deliberados na Assembléia Geral em observância a Lei das Sociedades por Ações.

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 14 de maio de 2010, a Companhia por meio de sua controlada SD Participações adquiriu 10,04% de capital total e votante na controlada TASA, anteriormente detida por participação não controladora. A transação gerou efeitos contábeis registrados diretamente no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial". Este montante não foi utilizado para reduzir a base de cálculo dos dividendos incluído na determinação dos dividendos distribuíveis.

(d) Reserva de lucros - incentivos fiscais reflexos

Com base no Art. 195-A da Lei das S.A., a Companhia destinou para reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente do lucro na exploração da sua subsidiária TASA, e esse montante foi excluído da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

19 Plano de opção de compra de ações - "stock options"

A opção de recebimento de prêmios baseados em ações é disponibilizada a alguns executivos da TASA, controlada direta da Companhia, pela emissão de ações da Technos S.A. Baseada nas normas descritas no CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, a TASA passou a reconhecer o resultado de compensação (valor líquido de perdas estimadas) da participação concedida aos executivos, proporcionalmente, com base no período determinado de sua permanência na TASA e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de duração da opção, dividendo e perdas esperadas. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, o pagamento baseado em ações pode ser impactado.

O número de opções disponibilizadas é fixo e pré-determinado no momento da concessão das mesmas, sendo que todas as opções estão disponíveis para exercício já no momento da concessão. As opções tem um prazo máximo de exercício de 7 anos, sendo que cada executivo tem a obrigação de utilizar um percentual mínimo de sua remuneração variável e de seus dividendos para o exercício, o que reduz o prazo médio efetivo de exercício. O preço de exercício das opções é ajustado anualmente por Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 3% a 7%.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As opções de compra de ações em aberto em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício estimados:

Data de vencimento	Preço de exercício por ação - reais	Opções - milhares 2011	Opções - Milhares 2012
2012	2,70	438	438
2013	8,11	403	606
2014	10,35	315	566
2015	12,49	223	416
2016	22,38		204
2017	24,32		204
		1.379	2.434

O valor justo médio ponderado das opções concedidas em 2009, determinado com base no modelo de avaliação *Black-Scholes*, era de R\$ 54 no total, equivalente a R\$ 0,04 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2009 foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 1,00 na data da concessão, sendo transformado em R\$ 2,00 após agrupamento em 2011, preço do exercício apresentado acima, volatilidade de 6,15%, rendimento anual de dividendo esperado de R\$ 0,45 por ação, uma vida esperada da opção correspondente a cinco anos e uma taxa de juros anual sem risco de 9,25%. A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística da variação mensal da receita da Companhia num período de cinco anos, por se tratar de uma Companhia sem ações listadas na época da concessão. Não foram concedidas opções em 2010.

Em 2011 foram aprovados os planos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º de opção de compra de 900 mil ações ordinárias da Technos S.A., concedidos a executivos do Grupo. O valor justo médio ponderado das opções concedidas em 2011, determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, era de R\$ 3.836 no total, equivalente a R\$ 4,26 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2011 foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 7,97 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima, volatilidade de 4,76%, rendimento anual de dividendos esperado de R\$ 0,45 por ação, uma vida esperada da opção correspondente a 4,0 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 11,55%. A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística da variação mensal da receita da Companhia num período de cinco anos, por se tratar de uma Companhia sem ações listadas na época da concessão.

Em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 26 de abril de 2012 foi cancelado o saldo de opções não concedidas sob o plano anterior e aprovado novo plano de opção de compra de ações da Companhia, compreendendo 2.500 ações ordinárias. Com base neste plano de opção de compra de ações, foi aprovado em 2012 o primeiro programa de outorga de compra de ações, concedido a gerentes e coordenadores do Grupo, em compra de 1.018 mil ações. O valor justo médio das opções concedidas, determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, era de R\$ 4.892 no total, equivalente a R\$ 4,80 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2012 foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 17,98 na data da concessão, preço do exercício de R\$16,18 por ação corrigido anualmente por IPCA+3%, volatilidade variável por tranche, sendo: tranche 1 - 36,88%, tranche 2 - 34,75%, tranche 3 - 35,97%,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

tranche 4 - 44,06% e tranche 5 - 44,70%, rendimento anual de dividendos esperado de 2,5% por ação, uma vida esperada da opção correspondente a 3,0 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 9,00%. A volatilidade é baseada na própria volatilidade de negociação das ações da Companhia no mercado para a primeira tranche, e numa média da volatilidade de negociação de um grupo de empresas comparáveis para as outras tranches.

Receita líquida 20

(a) Composição da receita

	Consolidado	
	2012	2011
Vendas brutas de produtos e serviços Ajuste a valor presente sobre as vendas Impostos sobre vendas Ajuste a valor presente sobre impostos sobre vendas	377.133 (9.958) (55.936) 1.476	319.857 (11.633) (47.935) 1.741
Receita líquida	312.715	262.030

O aumento na receita líquida é resultado, principalmente, do aumento do volume de vendas.

21 Despesa por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Cont	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011	
Matéria prima, mercadoria e materiais de uso e consumo Fretes e armazenagens Gastos com pessoal Serviços prestados por terceiros Impostos e taxas Aluguel de imóveis e equipamentos Depreciação, amortização e impairment Participação nos lucros Reversão de provisões Outras despesas	(242) (298) (24)	(213) (240) (286)	(93.593) (10.809) (72.514) (31.778) (3.060) (5.580) (6.138) (8.512) 1.436 (17.408)	(67.900) (11.131) (58.900) (25.178) (2.146) (580) (3.182) (7.684) 22.935 (9.764)	
Classificado como: Custo dos produtos vendidos Despesas de vendas Despesas administrativas Outras despesas/receitas operacionais	(792) (792)	(739) (739)	(247.956) (124.787) (87.861) (27.788) (7.520)	(163.530) (95.864) (69.788) (24.415) 26.537	
	(792)	(739)	(247.956)	(163.530)	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2012	2011
Despesa financeira Juros sobre empréstimos - capital de giro		(1.057)
Juros sobre emprestimos - capital de giro Juros sobre empréstimos - FIP e recompra de ações minoritários		(6.187)
Outras despesas financeiras	(1.902)	(0.16/)
Descontos financeiros concedidos	(1.472)	
Descontos infanceiros concedidos	(1.4/2)	(922)
	(3.374)	(9.288)
Receita financeira		
Receita financeira sobre títulos e valores mobiliários	5.093	4.729
Realização de ajuste a valor presente das contas a receber	8.960	9.403
Outras receitas financeiras	5.981	2.460
	20.034	16.592
Resultado financeiro, líquido	16.660	7.304

23 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação do exercício findo em 31 de dezembro é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade Quantidade média ponderada de ações ordinárias	63.764	88.957
emitidas (milhares)	76.784	70.493
Lucro básico por ação em R\$	0,8304	1,2620

(b) Diluído

O lucro diluído por ação do exercício findo em 31 de dezembro é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui somente uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
Lucro Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	63.764	88.957
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares) Ajustes de:	76.784	70.493
Opções de compra de ações (milhares)	2.494	2.414
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	79.278	72.907
Lucro diluído por ação em R\$	0,8043	1,2200

24 Dividendos

Anteriormente, os dividendos propostos eram reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tivessem sido oficialmente declarados, o que ocorre no exercício seguinte. Atualmente, os dividendos acima do mínimo obrigatório são somente reconhecidos quando aprovados pelos acionistas.

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	63.764	88.957
Constituição da reserva legal	(3.188)	(4.448)
Incentivo fiscal (Nota 18(d))	(10.906)	(13.792)
Base de cálculo dos dividendos	49.670	70.717
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	12.418	17.679
Total dividendos pagos no exercício referentes a:		
Exercício 2010 (declarados e pagos)		(16.187)
Dividendos propostos para pagamento no exercício seguinte	12.418	17.679
Dividendos a pagar no final do exercício	12.418	23.909
Percentual de dividendos do exercício sobre o lucro		
líquido do exercício - %	19,47%	19,87%

0010

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Transações com partes relacionadas

25.1 Consolidado

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui diretores e gerentes. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados está apresentada a seguir:

	2012	2011
Salários e encargos dos gerentes Remuneração e encargos da diretoria Participação nos lucros/stock-option	11.275 3.123 5.763	9.690 3.066 4.8 <u>35</u>
	20.161	17.591

Exceto pelos dividendos a pagar e os montantes acima, o Grupo não mantém outras transações com partes relacionadas.

26 Combinação de negócios

Em 24 de julho de 2012 o Grupo, através de suas controlas SCS e a TASA. adquiriu 100% das quotas das seguintes sociedades: (i) Touch Watches Franchising do Brasil Ltda., detentora da marca Touch e franqueadora de 83 pontos de venda de relógios e óculos Touch no Brasil, (ii) Touch da Amazônia Indústria e Comércio de Relógios Ltda., operadora de linha de montagem de relógios na Zona Franca de Manaus, e (iii) Touch Búzios Relógios Ltda., You Time Relógios Ltda., e Touch Barra Comércio de Relógios e Acessórios Ltda., representando três lojas próprias no estado do Rio de Janeiro. O valor pago pela aquisição da participação corresponde a R\$ 20.561, à vista, e um pagamento adicional ao longo dos três próximos anos atrelado a métricas operacionais do negócio.

Essa transação representa a união da maior empresa de relógios da América Latina com a maior franqueadora focada em relógios do Brasil.

O ágio de R\$ 20.831 que surge da aquisição é atribuível basicamente às economias de escala esperadas da combinação das operações do Grupo e das unidades Touch.

A compensação integral do ágio gerado para fins de imposto de renda está condicionada à incorporação das investidas Touch e ao resultado fiscal futuro a ser gerado na subsidiária SCS. A tabela a seguir resume a contraprestação paga aos vendedores e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição da participação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contraprestação

Em 31 de dezembro de 2012	
Caixa	20.561
Contraprestação contingente - pagamento adicional	3.512
Total da contraprestação	24.073
Valores reconhecidos de ativos identificáveis	
adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	(51)
Ativo imobilizado (Nota 15)	2.915
Ativos intangíveis - outros (Nota 14)	1.035
Marcas registradas (incluídas em intangíveis) (Nota 14)	1.040
Relacionamento contratual com o cliente (incluído	
em intangíveis) (Nota 14)	361
Cláusula de não concorrência (incluído em intangíveis)	
(Nota 14)	193
Estoques	630
Duplicatas a receber e outros créditos	122
Duplicatas a pagar e outras exigibilidades	(2.688)
Empréstimos	(315)
Total de ativos líquidos identificáveis	3.242
Ágio (Nota 14)	20.831
	24.073

O acordo de contraprestação contingente requer que o Grupo pague aos antigos proprietários um preço adicional ao longo dos três próximos anos, a contar da data da operação, atrelado a métricas operacionais do negócio, tendo como parâmetro a margem bruta na venda de produtos exclusivamente da marca Touch.

O valor não descontado potencial de todos os pagamentos futuros que se poderia solicitar para o Grupo fazer, conforme este acordo, está entre R\$ zero e R\$ 23.198.

O valor justo do acordo de contraprestação contingencial de R\$ 3.512 foi estimado aplicando o método de lucratividade (income approach). Para cálculo da estimativa do valor justo foi aplicada uma taxa de desconto de 10,4%.

Os fluxos de caixa projetados para o valor econômico da Touch foram estimados para os próximos 10 anos, sendo aplicado taxa de desconto (WACC) de 16,8% a.a. e a taxa de perpetuidade de 1,5%.

O valor das duplicatas a receber e outros créditos foi mantido em seu valor original.

O valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos de R\$ 1.594 (incluindo marcas registradas, licenças e relacionamentos contratuais com clientes) está fundamentado em laudo de avaliação e alocado na rubrica "Intangível".

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado abrangente desde 1º de julho de 2012 inclui o valor de receitas gerado pelas unidades Touch de R\$ 3.356. As unidades Touch também contribuíram com um lucro de R\$ 132 no mesmo período.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se as unidades Touch tivessem sido incluídas na consolidação desde 1º de janeiro de 2012, a demonstração consolidada apresentaria uma receita líquida proforma de R\$ 313.471 e o lucro proforma de R\$ 62.955.

27 Eventos subsequentes

Em reunião do Conselho de administração realizada em 17 de janeiro de 2013 foi aprovado o segundo programa de opção de compra de ações, concedido a diretores da Companhia, com direito a subscrição de 600.000 ações, a ser exercido até 30 de abril de 2019.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de fevereiro de 2013 a controlada Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. foi autorizada a realizar a primeira emissão de Notas Promissórias Comerciais (NPs), em oferta pública, com valor total de emissão de até R\$ 200 milhões, gerando a emissão de 10 NPs com valor nominal unitário de R\$ 20 milhões e vencimento individual de até 180 dias, contados da data de emissão.

A operação de emissão foi realizada em 04 de março de 2013, no valor total nominal de R\$ 200 milhões, Sobre o valor nominal incidirá taxa de juros equivalente a 100% da variação acumulada da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros (DI), acrescido da taxa de 1,2% ao ano.

Em 22 de fevereiro de 2013 a controlada Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. captou recurso de R\$ 14,6 milhões através de instrumento de cessão de direitos creditícios, com vencimento até 30 de junho de 2013, com juros remuneratórios à taxa de 0,68% mensal.

Em 28 de fevereiro de 2013 a Companhia divulgou o seguinte fato relevante: "A Technos S.A. ("Companhia") (BM&F BOVESPA: TECN3), comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que, na presente data, foi comunicada por sua atual acionista controladora GMT Fundo de Investimento em Participações ("FIP GMT"), que o FIP GMT amortizou a totalidade das suas quotas e encerrou suas atividades em 27 de fevereiro de 2013, fato este que ocasionou a entrega da totalidade das ações da Companhia detidas pelo FIP GMT aos seus respectivos quotistas ("Amortização FIP GMT").

Com a Amortização FIP GMT, nenhum dos quotistas do FIP GMT ou qualquer outro acionista (ou grupo de acionistas) da Companhia é detentor, nesta data, de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia."

Em 22 de março de 2013 a Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A., sociedade controlada pela Companhia, adquiriu 100% do capital votante e 95,84% do capital social total da Dumont Saab do Brasil S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Mandii 3, Distrito Industrial, CEP 69075-140, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.400.685/0001-14 ("Dumont"), pelo preço de compra de R\$182.1 mil "Aquisição Dumont", dos quais uma parcela está depositada em conta vinculada como garantia de possíveis contingências existentes na data da aquisição.

O preço de compra acima está sujeito à alteração apenas em caso de variações do caixa líquido e do capital de giro pré-definidas no contrato de compra e venda, tendo como data-base as demonstrações financeiras da data de aquisição. Em 31 de dezembro de 2012, patrimônio líquido da Dumont (não auditado) é de cerca de R\$ 93.3 mil.

Não foi praticável a divulgação de alocação inicial do preço de compra dada a proximidade da conclusão da transação e a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

A Aquisição Dumont será submetida à ratificação dos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral, nos termos do Artigo 256 da Lei n.º 6.404/76 e, verificado o disposto no $\$2^{\circ}$ do referido

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Artigo, será assegurado aos acionistas da Companhia (assim registrados na data da publicação do fato relevante) e que dissentirem da Aquisição Dumont, o direito de retirar-se da Companhia, mediante o reembolso de suas ações, avaliadas por seu valor patrimonial, observado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da ata da Assembleia Geral da Companhia que venha a aprovar a ratificação da Aquisição Dumont, bem como a prerrogativa prevista no §3º do Artigo 137 da Lei n.º 6.404/76.

* * *